

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

ARAÚJO, Milton Lima de. *Milton Lima de Araújo (depoimento, 1989)*. Rio de Janeiro, CPDOC/PETROBRÁS, 1990. 25 p. dat.

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CPDOC/FGV e PETROBRÁS. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

MILTON LIMA DE ARAÚJO
(depoimento, 1989)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): José Luciano de Mattos Dias; Maria Ana Quaglino

levantamento de dados: José Luciano de Mattos Dias; Maria Ana Quaglino

pesquisa e elaboração do roteiro: José Luciano de Mattos Dias; Maria Ana Quaglino

conferência da transcrição: José Luciano de Mattos Dias

copidesque: Ana Luiza Penna Buarque de Almeida

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 12/09/1989

duração: 1h 30min

fitas cassete: 02

páginas: 25

Entrevista realizada no contexto do projeto "Memória da Petrobrás", na vigência do convênio entre o CPDOC-FGV e o SERCOM-Petrobrás (1987-90). O projeto resultou nos livros *Memória da Petrobrás: acervo de depoimentos* e *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás*.

temas: Conselho Nacional de Petróleo, Milton de Lima Araújo, Monopólio, Petróleo, Política Energética

Sumário

Entrevista: a escolha pela carreira de engenheiro militar; a ida para o CNP: convite do gal. João Carlos Barreto; Organização do setor de racionamento; a elaboração do projeto da refinaria em 1944, o contato com as firmas de engenharia americanas; a concepção da Refinaria de Mataripe e a oposição no conselho à uma solução estatal; administração Horta Barbosa e as refinarias privadas; elaboração do plano Salte e posicionamento do entrevistado contra o monopólio estatal; o edital da concorrência para a construção das refinarias privadas e suas condições; a pressão das companhias de petróleo estrangeiras; Mário Bittencourt Sampaio e a elaboração do Plano Salte; a formulação dos investimentos no setor petróleo; a compra dos petroleiros na Europa e a primeira idéia de uma organização para a Fronape; a pressão da Cia. Nacional de Navegação Costeira e a organização da Fronape; o abastecimento de Porto Alegre e a Fronape; os primeiros afretamentos; a constituição de um quadro de oficiais comandantes para a Fronape, o papel da Marinha Mercante; os superintendentes posteriores; a pressão das companhias estrangeiras para obter o controle das refinarias nacionais; a oposição no CNP às refinarias estatais; a contratação da De Golyer and Mac Noughton; a elaboração do plano de investimentos na exploração e a descrença da Divisão Técnica; a comissão de construção de Mataripe; posicionamento contrário ao monopólio estatal; a primeira idéia de um contrato de risco; a saída do Conselho e as atividades privadas do entrevistado: transporte marítimo de petróleo e xisto betuminoso.

Entrevista: 12.09.89

M.Q. - General, nós gostaríamos que o senhor nos desse uma idéia da sua infância, dos seus estudos, dos seus primeiros estudos e da sua entrada para a carreira militar, da sua escolha profissional.

M.A. - Eu fui para a Escola Militar justamente para ser engenheiro. Eu queria ser engenheiro. Mas eu vi que ser engenheiro civil era ingrato, porque o engenheiro civil tinha que ser funcionário público.

J.D. - Não havia oportunidades.

M.A. - Não havia oportunidades. Então eu fui para a Escola Militar. Saí aspirante para depois estudar engenharia.

J.D. - Seu pai era militar?

M.A. - Não, ele era civil. Mas eu entrei para a Escola Militar, e saí aspirante na artilharia. Sabia que iam fundar a escola de engenharia militar, o atual IME. Quando da fundação eu quis entrar, mas seria mais fácil se eu me formasse em engenharia civil. Então eu fiz o curso na Politécnica, saí engenheiro civil pela Politécnica. Depois requeri entrar para o IME, mas aí tive que fazer concurso. Entrei para o IME e me formei.

M.Q. - Era o começo do IME, não é?

M.A. - O IME estava começando.

M.Q. - O general Macedo Soares foi um dos organizadores do IME.

M.A. - Ele foi meu professor no IME. Ele era professor de metrologia, não é?

M.Q. - Exatamente.

M.A. - Ele foi meu professor. Terminado o curso no IME, eu servia no Arsenal de Guerra no Rio de Janeiro quando era coronel nessa época João Carlos Barreto. Ele me convidou para ir para o Conselho de Petróleo.

J.D. - O senhor o conhecia...

M.A. - Ele foi meu comandante. Ele era major e eu primeiro-tenente..

J.D. - No Arsenal.

M.A. - Não. No Arsenal eu já era engenheiro e ele não. Ele era engenheiro civil, mas não era engenheiro militar. Ele não era do quadro de engenheiros militares. Então ele não podia servir no Arsenal. Ele era comandante do IME quando foi nomeado presidente do CNP. Mas ele foi meu comandante antes, no Exército. Por dois anos.

M.Q. - Mas ele não estava num batalhão em Niterói, se eu não me engano?

M.A. - Era em Niterói, Forte do Pico. Ele foi meu comandante, ficou meu amigo. Então, quando ele me encontrou no Arsenal, foi lá fazer uma visita, e me convidou para ir trabalhar com ele no Conselho. No começo eu relutei. "Eu estou numa função técnica e vou para uma função burocrática... Não estou interessado."

"Mas eu não quero você numa função burocrática! O Conselho do Petróleo está perdido no racionamento, e eu estou justamente querendo uma pessoa, um técnico meu amigo, que possa desenvolver a finalidade principal do Conselho do Petróleo que é o desenvolvimento da indústria do petróleo no Brasil."

Então eu aceitei e fui para lá. O primeiro trabalho que eu tive foi esse estudo para as refinarias particulares.

J.D. - Mas o senhor disse que anteriormente estava envolvido com o problema do racionamento.

M.A. - Sim. Primeiro, foi o racionamento. Mas eu estive pouco tempo com o racionamento. Eu só fiquei nisso até organizar o setor de racionamento. Organizado esse setor, eu passei a estudar o negócio das refinarias. A parte da industrialização me interessava muito mais, afinal de contas eu era engenheiro, achava muito mais interessante fazer a parte da engenharia. Eu não sou engenheiro de petróleo, mas sou engenheiro civil e engenheiro industrial, de modo que eu achava que era muito melhor trabalhar nessa parte.

J.D. - E o seu interesse foi despertado por quê? Qual o motivo? O senhor esteve nos Estados Unidos...

M.A. - Não.

J.D. - Conhecia a indústria do petróleo...

M.A. - Eu estive nos Estados Unidos muitas vezes, mas não no tempo do Conselho do Petróleo. Eu apenas li vários livros sobre petróleo, e então me entusiasmei para fazer uma refinaria. Eu sabia que uma refinaria é uma indústria de transformação. Eu pego uma matéria-prima e a transformo num produto acabado. Era essa a finalidade da refinaria. Eu pego a matéria-prima e a transformo num produto acabado. Isso é uma indústria. Então, baseado nesse princípio, comecei a estudar a refinaria. Situei a refinaria em Belém do Pará porque o petróleo, naquele tempo, vinha da Venezuela. Agora, ele vem do Oriente Médio.

J.D. - O senhor disse que o projeto foi desenvolvendo no decorrer do ano de 1944?

M.A. - Foi em 1944.

J.D. - O senhor tinha algum projeto do fornecimento dos equipamentos...

M.A. - Eu recebia várias propostas de americanos. Havia várias sobre refinarias. E eu sabia quanto custava uma refinaria, [inaudível] quanto custava a operação de uma refinaria.

J.D. - Mas essas ofertas eram de companhias de petróleo ou de companhias de engenharia?

M.A. - Companhias de engenharia de petróleo, Foster Wheeler, Kellog...

J.D. - Já em 1944 estavam em contato com o exterior.

M.A. - Mas só por correspondência, eu nunca tinha ido lá.

M.Q. - Mas a idéia dessa refinaria seria de propriedade do CNP?

M.A. - Era de propriedade do CNP. O CNP seria o dono da refinaria. Como Volta Redonda. Seria similar a Volta Redonda.

J.D. - O senhor continuou fazendo os estudos em 1944 e aí surgiu...

M.A. - Quando eu vi que as refinarias particulares não saíam, eu pensei no petróleo da Bahia. O Conselho já tinha achado petróleo na Bahia. Então eu estudei a Refinaria de Mataripe. Foi feito um estudo para construir uma refinaria em Mataripe, usando o petróleo do Recôncavo.

M.Q. - Isso depois daqueles acontecimentos todos, das concessões feitas aos particulares...

M.A. - Depois das concessões dos particulares. Como não saíam as construções, eles demoraram parece que dois ou três anos para construir as refinarias. Faltou dinheiro...

M.Q. - Dois ou três anos para começar.

M.A. - Eu então pensei em construir uma refinaria em Mataripe. Fiz um estudo da Refinaria de Mataripe. Eu tinha orçamentos, e estudei uma refinaria mista. Ou seja: o Conselho do Petróleo tinha um dinheiro. A Refinaria de Mataripe era 50% capital do Estado e 50% capital de particulares. Isso passou no Conselho de Petróleo. Eles aceitaram essa idéia, porque eles não queriam que fosse só o Estado. Foram contra.

J.D. - Havia uma resistência muito grande contra a participação do Estado, não é?

M.A. - Muito grande. Mas essa idéia de uma refinaria mista, 50% de particulares e 50% do povo, brasileiros natos... Tinha que ser brasileiros natos, casados com brasileiros, e se casados com estrangeiros, tinha que ser com separação de bens. O custo da refinaria naquele tempo era de cinquenta milhões de cruzeiros, 2,5 milhões de dólares.

M.Q. - E o Conselho tinha esse dinheiro?

M.A. - O Conselho já tinha 15, era uma verba 4, assim chamada. E o Conselho não gastou, porque ficou guardando justamente para a industrialização. O Conselho guardou o dinheiro.

M.Q. - Mas certamente o senhor no Exército deve ter acompanhado, e depois no CNP, deve ter ouvido falar da gestão anterior, que foi a gestão do general Horta Barbosa.

M.A. - Eu conheci o general Horta Barbosa. Ele era contra qualquer particular na atividade de petróleo. Ele simplesmente engavetava qualquer pedido que um particular fizesse para construir uma refinaria. Ele simplesmente começava a fazer exigências. Inclusive o estado do Rio! O estado do Rio tentou construir uma refinaria. Amaral Peixoto que era o governador fez tudo... O irmão do general Macedo Soares, que era meu colega de turma, o Hélio Macedo Soares, era secretário de estado, me parece, não sei de quê.

M.Q. - Viação, parece...

M.A. - Ele quis fazer uma refinaria, mas não conseguiu. O Conselho do Petróleo fazia uma exigência, eles atendiam, o Conselho fazia outra. E assim foi protelando. Não dava... O general Horta Barbosa era absolutamente contra o particular na atividade de petróleo.

J.D. - O senhor concordava com ele?

M.A. - Não, eu hoje... O Plano Salte é de minha autoria. Quem fez o programa do petróleo do Plano Salte fui eu. Eu fui o relator do programa do petróleo. Sempre fui contra o monopólio estatal. Elaborei o Plano Salte com 50% dos particulares, e 50% do Estado. Hoje, acho que talvez eu tenha feito besteira. Aliás, talvez fosse mais útil para o país a refinaria como queria o Conselho.

M.Q. - E nas forças armadas, falando sobre o monopólio, havia essa idéia?

M.A. - Não. Eu nunca falei sobre isso nas forças armadas. Eu pertenço até hoje às forças armadas, sou reformado, mas sou das forças armadas. Nunca falei, nunca se conversou sobre o monopólio estatal. Quem era a favor do monopólio era o Juarez Távora.

M.Q. - Era contra o monopólio.

M.A. - Não! Ele era favorável ao monopólio.

M.Q. - Era contra.

M.A. - Não! Juarez Távora era um monopolista terrível. Eu sei porque ele não saía do Conselho.

J.D. - Nessa época do Conselho, em 1944.

M.A. - Nessa época do Conselho, em 1944, ele vivia lá defendendo...

J.D. - O monopólio total da indústria.

M.A. - O monopólio da indústria. Ele é o autor do Código de Minas. Ele é o autor da lei...

J.D. - A Lei de Minas é de 1934, não é?

M.A. - Sim. Ele era ministro da Agricultura quando foi favorável à...

J.D. - A` nacionalização dos recursos minerais.

M.A. - Sim. Aliás, hoje, pensando bem, vê-se que essa nacionalização dos recursos minerais talvez fosse boa para o Brasil. Porque exigia que fossem brasileiros. Aliás, havia um jornalista aqui que já morreu, Rafael Corrêa de Oliveira, vocês já ouviram falar dele?

M.Q. - Sim, escrevia muito no *Jornal de Debates*.

M.A. - Ele era defensor do monopólio nacional, como ele dizia.

M.Q. - Monopólio nacional.

M.A. - Quer dizer, dos brasileiros mas não do Estado. É sabido que o Estado é mau empresário, pelo menos tem demonstrado isso até hoje. Eu não sei se a Petrobrás vai bem ou mal porque eu nunca fui da Petrobrás. Eu só fui da Fronape, antes dela ser da Petrobrás. Eu fui superintendente da Fronape.

J.D. - Nós queríamos voltar justamente ao momento em que o senhor colaborou na elaboração daquele edital das refinarias privadas, e o estudo que fez e que deu origem a esse edital.

M.A. - Eu tenho isso já batido à máquina. Eu posso depois procurar, mas está guardado.

J.D. - Nós preferíamos que o senhor descrevesse para nós, que é para ficar gravado.

M.A. - Quando fiz o edital... O edital foi feito pela divisão econômica, mas foi com a orientação do Conselho do Petróleo. E na divisão econômica era só eu, porque o pessoal todo estava ligado ao abastecimento.

Como diretor, eu assumi toda essa parte de refinaria. O Conselho fez muitas emendas no edital de concorrência. Eu tenho esse edital aqui. A cópia do edital. Aliás, eu tenho um livro sobre petróleo que tem esse edital.

J.D. - Nós poderíamos usar esse material posteriormente. Mas o senhor estava dizendo que tinha um estudo feito em 1944, em contato com as empresas estrangeiras de engenharia, que serviu de base à elaboração do edital.

M.A. - Sim. Esse estudo é que serviu de base ao projeto que eles apresentaram. A concessão foi dada a eles baseada nesse estudo.

J.D. - O senhor impôs algumas condições?

M.A. - A condição que eu impus foi que não podia pedir dinheiro emprestado, nem pedir capital estrangeiro.

Eu sabia que a Esso, qualquer empresa dessas, emprestaria dinheiro para fazer uma refinaria aqui no Brasil. Eles não queriam ficar de fora do mercado. Então era fácil conseguir dinheiro com eles para construir uma refinaria aqui. Era a entrada deles na

atividade do petróleo. Eles queriam isso de toda maneira. Eles foram ao Conselho do Petróleo. As companhias americanas foram ao Conselho, alegando que não era justo eles ficarem de fora. Mas o Conselho pouco se incomodou com isso. Baixou um edital convidando brasileiros, a entrarem na refinaria de petróleo. Estava claro: brasileiros natos, de acordo com a Lei 538. Só podia ser brasileiro nato.

Eu fui procurado por muitas dessas companhias porque eles queriam entrar no petróleo. Eles financiavam, faziam o que se quisesse. Qualquer negócio. É como aquele "cara" no Chico Anísio: "faço qualquer negócio". Eles fariam qualquer negócio, contanto que participassem. É a condição que eles faziam, queriam participar. Então, se a lei o permitisse, e se eu quisesse, eu faria uma refinaria. Pedia o dinheiro deles. Eu disse ao concessionário: "Olha, não se pode pedir dinheiro às companhias estrangeiras. Porque se puder, pedir dinheiro às companhias estrangeiras, eu peço. Por que é que eu vou dar para vocês? Eu peço!"

M.Q. - O senhor disse que as pessoas que o procuraram, que os grupos que o procuraram foram...

M.A. - João Pedro Gouveia Viana, da Ipiranga, e o Alberto Soares Sampaio, do Grupo Sampaio.

M.Q. - E eles aproveitaram o seu projeto para...

M.A. - Aproveitaram todo o meu estudo para entrar na concorrência.

M.Q. - O seu estudo previa uma refinaria, com que capacidade?

M.A. - Dez mil barris por dia. O Brasil consumia naquela época quarenta mil barris por dia de petróleo. Hoje gasta oitocentos mil. Mas naquela época quarenta mil barris por dia enchia o Brasil. Eu tinha feito então um estudo de dez mil. Similar a Volta Redonda.

J.D. - Localizada no Pará.

M.A. - Pelos estudos feitos, eu achava que devia ser em Belém do Pará. Belém do Pará fica perto da Venezuela, recebia o petróleo de lá e distribuía para o resto do Brasil.

Quando eu estava discutindo a Refinaria de Mataripe, conheci o Bittencourt Sampaio. Ele era o presidente do DASP, e eu o conheci nessa ocasião. Hoje ele é meu amigo. Naquela época, ele era um nacionalista danado. Uma ocasião, eu fui à casa dele e encontrei lá o almirante...

M.Q. - Greenhalg?

M.A. - Greenhalg. Ele ficou horrorizado com os comunistas que estavam na casa do Mário. Ele não é comunista. Mas os comunistas que estavam lá na casa dele... Porque os comunistas empunharam a bandeira, não é? A bandeira do "petróleo é nosso".

J.D. - E o dr. Mário era uma pessoa com trânsito nessas áreas políticas todas?

M.A. - Ele era muito amigo do Dutra, que era o presidente da República. Tanto, que ele chegou para mim e disse: "Escuta, qual é a verba que vocês têm por ano no Conselho?"

"Cem mil contos." Era quanto o Conselho recebia de verba por ano naquela época. Isso não dava para nada. Em matéria de petróleo isso era muito pouco. E ele perguntou: "Quanto vocês têm?" Eu disse: Cem mil contos." "Isso dá para resolver o problema do petróleo no Brasil?" Eu respondi: "Não. Absolutamente, não dá.": "De quanto é que vocês precisariam?" "Bom, de muito dinheiro." Ele então disse: "Vem cá. Você quer fazer uma coisa? Faz um programa para gastar dois milhões de contos de réis. Entre dois e três milhões para resolver o problema do petróleo no Brasil. Resolve?" Eu disse: "Bom. Pode-se resolver o problema do petróleo de três maneiras: Primeiro, você bota dois milhões de contos de réis e no fim do dinheiro, você chega e diz assim: olha, é botar sal em carne podre, melhor é desistir, porque não há petróleo no Brasil. Ou gasta dois milhões de contos de réis e diz: bom, há petróleo no Brasil, vou botar mais dinheiro. Ou, então, você tem sorte, como a Arábia Saudita, por exemplo. Bota dois milhões de contos de réis e acha petróleo no Brasil. Logo, logo, petróleo no Brasil." Então ele me disse para fazer um programa. Era o Plano Salte. Eu recebi uma carta do Dutra me convidando para participar desse programa. Falei no Conselho...

J.D. - O senhor trabalhava diretamente com o Mário Bittencourt Sampaio?

M.A. - Não. Ele era o presidente do DASP, e eu era o diretor da divisão econômica do CNP.

J.D. - Certo. Mas na elaboração desse programa...

M.A. - Na elaboração desse programa, trabalhei diretamente com ele. Eu falei no Conselho... Porque além do presidente do Conselho ser meu amigo, era uma questão de hierarquia. Ele era meu amigo e era um general, e eu, um major naquela ocasião. Eu disse: "Não. Eu entro nisso, mas só se o Conselho do Petróleo estiver de acordo." E ele ficou de acordo. Então eu elaborei o programa do Plano Salte, que era...

M.Q. - Eram os petroleiros, não é?

M.A. - O programa do Plano Salte era um objetivo de quarenta mil barris por dia. Quer dizer...

M.Q. - Ampliação de Mataripe.

M.A. - Não. Mataripe ficava funcionando separadamente. Era para desenvolver os trabalhos do Conselho na Bahia. Na Bahia e no resto do Brasil. Naquele tempo, era só da Bahia que se falava. Então era para desenvolver os trabalhos da Bahia.

J.D. - De exploração.

M.A. - Sim. Construir uma refinaria de quarenta mil barris, que era Cubatão. E comprar uma frota de petroleiros para poder regularizar o abastecimento de petróleo no Brasil.

Isso foi o Plano Salte. Esse plano foi encaminhado pelo Dutra a uma comissão interpartidária. Era o PSD, Artur Souza Costa, a UDN, Odilon Braga, e o PR. Eram os três maiores partidos que havia no Brasil naquela época. PR era o Mário Brandt. Esses três formavam a comissão interpartidária. Eles examinaram o Plano Salte, aprovaram o negócio do petróleo. Eles, não queriam aprovar o negócio de botar dinheiro na pesquisa

porque achavam que era botar dinheiro do governo fora, que era um risco. Mas acabaram aceitando. então foi aprovada essa primeira parte do Plano Salte. Só que o Mário Bittencourt, muito nacionalista, propôs aumentar a refinaria para 45 mil barris.

J.D. - Um pouco acima do consumo.

M.A. - Um pouco acima do consumo. Imaginava-se que em cinco anos o consumo dobrava, passava de quarenta para oitenta. Isso era a presunção. Era projetado. Mas quarenta estava nas mãos dos particulares, das refinarias particulares. A Ipiranga, no Rio Grande do Sul, o Matarazzo em São Paulo com uma refinariuzinha pequenininha, o Soares Sampaio e o Drault Ernanny. Eles ficavam com quarenta mil barris por dia, e o governo com 45. Foi essa a filosofia do Plano Salte.

J.D. - Mas a Refinaria de Cubatão, comprada dentro do Plano Salte, seria administrada exclusivamente pelo governo.

M.A. - A Refinaria de Cubatão seria administrada exclusivamente pelo governo. Subordinada ao Conselho Nacional de Petróleo. A verba que foi aprovada - a Lei 650 - aprovou o Plano Salte para essas atividades: incentivar os trabalhos de pesquisa para chegar a quarenta mil barris, comprar uma refinaria, e comprar uma frota de petroleiros. Foram 2, 5 milhões de cruzeiros que dava 125 milhões de dólares.¹

J.D. - E o senhor participou da compra desse material na Europa?

M.A. - Eu fui nomeado para a compra dos petroleiros na Europa. A refinaria, não. O Conselho Nacional do Petróleo me eliminou.

M.Q. - Por quê?

M.A. - Tinha gente mais interessada. [risos] Tanto que eu nunca fui da Petrobrás. Tinha gente mais interessada, com mais força do que eu. Tomaram conta da Refinaria de Cubatão. Foram para a Europa. Eu fiquei alijado. Mas então Dutra me nomeou, por indicação do Bittencourt Sampaio. E eu fui para a comissão de compras de petroleiros na Europa. Fui comprar uns petroleiros...

J.D. - O senhor negociou com que firmas?

M.A. - Foi na Suécia. Foi feita uma concorrência. Eu fiz um edital, que foi publicado na Europa. Compareceram vários estaleiros, e foi comprada a frota de petroleiros. Comprada a frota, um navio estava pronto para vir para o Brasil. Era o Presidente Dutra. Vênus era o nome do navio.

J.D. - De Vênus para Dutra...

M.A. - De Vênus para Dutra... [risos] Convenhamos que é uma distância respeitável. E eu...

¹ Há uma evidente incorreção nestas cifras.

[FINAL DA FITA 1-A]

M.A. - Quando o navio foi comprado, estava pronto, eu ia fazer as provas, antes de vir para o Brasil. Então passei na Inglaterra, e estive na Shell para aranjear uma carga para o navio, para que ele não viesse em lastro, para o navio vir carregado. Passei então na Shell, e eles me deram uma carga para o navio em Aruba. Antes de vir para o Brasil, o navio passou por Aruba, recebeu um carregamento de gasolina, e veio carregado para o Brasil. Já pagou a despesa da viagem. Eu fretei o navio à Shell.

Mas aproveitei a oportunidade e consegui com eles que me ditassem a organização deles.

J.D. - Da companhia de transportes da Shell, que originalmente era uma companhia de transportes.

M.Q. - É uma parte dela, que juntou com a Royal Dutch, era a companhia...

M.A. - A Royal Dutch era a Shell.

M.Q. - E a outra, que era a companhia de transportes.

M.A. - Eram duas companhias de transporte. Era a Eagle Oil and Shipping Company e a Anglo-Méxican Petroleum Company. A Anglo Mexican trazia petróleo da Venezuela para o Brasil, das Caraíbas para o Brasil. E a Eagle Oil fazia o resto dos transportes da Shell. Então eles me deram, e foram muito gentis comigo porque o presidente da Shell, da Eagle Oil, era um oficial da Marinha reformado na Inglaterra, casado com uma brasileira. Eu morava no Alto da Boa Vista e ela também morava no Alto da Boa Vista. De modo que eu conheci aqui no Brasil Mr. Reed, Mr. Jack Reed. Eu copiei toda a organização da Shell, deram-me todos aqueles impressos que eles usavam e eu os trouxe para o Brasil. Mas o Conselho não quis fazer...

J.D. - Por quê?

M.A. - Achou que ainda não era oportuno. Não quis. Aí eu os guardei.

J.D. - O seu projeto era transformar já a Fronape numa empresa de navegação...

M.A. - Não. Ainda não havia a Fronape.

J.D. - Sim, sim. Mas criar uma empresa... com os petroleiros

M.A. - Criar uma empresa de navegação. Como o Conselho do Petróleo tinha na Bahia e como tinha Cubatão, criava um órgão assim...

M.Q. - Operacional.

M.A. - Sim, operacional dos navios. Mas não quiseram, o Conselho não quis, eu guardei. Não adiantava discutir, e eu guardei.

M.Q. - O que aconteceu com os petroleiros?

M.A. - A Costeira pegou. O navio não era absolutamente indicado para a Costeira. Costeira, como dizia o nome, era a Companhia Nacional de Navegação Costeira. E o Presidente Dutra era um navio para viagens internacionais, de longo curso. A Costeira nem comandante para o navio tinha. Não tinha comandantes de longo curso.

O superintendente da Costeira, que era enteado do Dutra, foi lá e apanhou o navio para ele. Disse que tinha uma autorização verbal do presidente da República e então pediu o navio para ele. Foi e levou o navio.

M.Q. - Com uma autorização verbal.

M.A. - Uma autorização verbal. Pegou o navio para a Costeira. Mas o navio tinha 49 beliches e a Costeira queria botar 62 tripulantes. Não dava no navio. Então o navio foi para os estaleiros da Costeira para eles modificarem, para colocar mais...

J.D. - Gente.

M.A. - Queriam 62 tripulantes num navio que tinha 42 suecos. O navio veio para o Brasil com 42 suecos e tinha 43 cabines. Uma era para o padeiro. O navio previa lugar para fazer pão a bordo.

É impressionante, quando eu assumi agora a Fronape... Então o Bittencourt Sampaio foi ao Dutra e disse que era um absurdo aquele negócio do navio estar na Costeira. A Costeira não tinha nem tripulantes para o navio. E o Dutra mandou criar a Fronape.

Foi criada a Fronape, e eu fui nomeado superintendente da Fronape. Saí da divisão econômica e fui para a Fronape. Quem foi para o meu lugar na divisão econômica foi o Plínio Cantanhede. Plínio era meu auxiliar lá na divisão econômica. Eu então o indiquei ao Barreto. "Olha general, bota o Plínio Catanhede na divisão econômica que ele é dos nossos."

M.Q. - Mas eu não entendi muito bem porque o general Barreto não quis criar logo a Fronape.

M.A. - Isso eu também não sei. Ele era muito meu amigo. Quando ele estava morrendo eu ia sempre visitá-lo. Ele morreu de câncer, e eu ia sempre visitá-lo. Era muito meu amigo.

Mas ele não quis criar a Fronape. "Não, agora não. Vamos deixar isso para depois." Eu disse: "Bom, o navio vem aí. Se o senhor não criar um órgão aqui para administrar o navio, ele vai acabar - nem pensei na Costeira - no Lloyd. E aí vai ser mais um ferrolho."

M.Q. - Enquanto isso os outros navios não tinham chegado.

M.A. - Não, não. Só o Presidente Dutra chegou. Os outros foram chegando já na administração da Fronape. Eu já estava na Fronape quando chegaram os outros navios.

M.Q. - E como é que foi essa organização da Fronape? Como é que o senhor organizou a Fronape?

M.A. - Eu peguei aquela organização da Shell e transpus para cá. Eu tinha quarenta empregados, quando eu saí da Fronape. Agora, há não sei quantos mil. Mas quando eu era da Fronape, deixei quarenta empregados, fora os tripulantes, é claro que tripulantes, na base de quarenta por navio, não sei quantos navios são hoje...

M.Q. - Os encomendados eram vinte ou 22.

M.A. - Quando eu saí da Fronape, eu tinha poucos, tinha só uns quatro ou cinco. Mas já tinha os "Salte". Os "saltes" fizeram o transporte do Japão.

M.Q. - Como?

M.A. - Os "saltes" vieram do Japão.

J.D. - Ah, sim, claro! Faziam parte da concorrência internacional. Eram navios pequenos, não é isso?

M.A. - Eram navios de duas mil toneladas. Porque a Fronape... Porque no abastecimento do Rio Grande, Porto Alegre, não entra navio grande, não cabe. No rio Guaíba, só podia entrar navio pequeno. As companhias estrangeiras não tinham navios pequenos, e então faziam o seguinte: eles faziam o abastecimento lá em Santos, os navios petroleiros grandes deixavam a carga em Santos, e de lá ia para Porto Alegre num navio argentino, El Rioplatense. Era um naviozinho pequeno de duas mil toneladas.

Mas nesse negócio acontecia o seguinte: quando a Argentina queria qualquer coisa, ela o retirava e fazia chantagem. Alegava que estava precisando, e tirava o Rioplatense. Então Porto Alegre ficava sem abastecimento, o Rio Grande ficava sem abastecimento. Aí era um corre-corre danado, para pedir à Argentina que emprestasse o Rioplatense. Era uma dificuldade danada.

Afinal, o Brasil resolveu comprar um petroleiro pequenino, foi o salte-50. Esse naviozinho era sueco. O primeiro navio comprado no Plano Salte foi o Salte-50, um naviozinho sueco que fazia o transporte até Porto Alegre.

M.Q. - E era navio novo esse Salte-50?

M.A. - Não, o Salte-50 era um navio velho. Mas funcionava perfeitamente. Estava fazendo transporte. Então nós o compramos.

J.D. - Mas quando o senhor foi recebendo as outras encomendas, como é que o senhor projetou a utilização desses navios? O senhor já pensava no transporte de longo curso?

M.A. - Não, os grandes eram para o longo curso. Então nós entramos no mercado internacional e arrendávamos os navios. O Dutra foi arrendado muitos anos. Durante muitos meses o Dutra fez transporte na Europa, com bandeira brasileira, mas fez transporte na Europa.

J.D. - Por quê? Não havia condição de entrar no transporte no Brasil?

M.A. - Havia, mas a condição era conseguir que as companhias dessem transporte.

J.D. - Havia resistência das empresas, então...

M.A. - Não, não houve resistência. Apenas não tinham vaga. Não tinham disponibilidade.

J.D. - De cargas para os navios brasileiros.

M.A. - Era só um, que era o Presidente Dutra. Os outros não haviam chegado ainda.

J.D. - Sim, mas quando os outros foram chegando...

M.A. - Aí eles começaram a trabalhar para o Brasil. Saíam da Europa, iam até o Caribe e de lá pegavam uma carga para o Brasil e começaram...

M.Q. - Nesse período as refinarias não funcionavam. Não havia nenhuma carga Bahia-São Paulo. Tudo isso começou bastante mais tarde.

M.A. - Ainda não havia petróleo no Brasil.

M.Q. - Tudo era importado mesmo.

M.A. - Todo o petróleo no Brasil era importado.

M.Q. - E como é que funcionava? A organização interna da Fronape como ficou? Era um presidente, havia diretoria...

M.A. - Era eu sozinho, quase.

M.Q. - O senhor sozinho! [risos]

M.A. - Eu tinha um oficial da Marinha Mercante... eu montei aquela organização da Shell. Era um superintendente, um diretor de operações e um diretor de máquinas. Era essa a organização lá da Fronape.

M.Q. - E o senhor trouxe esse pessoal lá do Conselho mesmo?

M.A. - Veio pessoal do Conselho e da Costeira.

J.D. - O senhor não chegou a empregar oficiais da Marinha de Guerra.

M.A. - Quando mandei buscar os navios no Japão, eu não tinha capitão de longo curso para trazer os navios para cá. Não havia disponibilidade. Então eu resolvi pedir na Marinha. Fiz uma carta ao ministro da Marinha pedindo que ele me cedesse oficiais de Marinha que fosse ao Japão buscar os navios. Eu achava que isso para a Marinha era um bom negócio, porque afinal de contas, oficial de Marinha é para comandar navio. Ele ia

para o Japão e trazia o navio para o Brasil. Eu acho que era um serviço para a Marinha. Mas o ministro da Marinha não pensou assim, e negou.

Eu fiquei numa sinuca. Para trazer os navios do Japão para cá, eu tive que arranjar tripulação. Foi um problema para arranjar tripulação para trazer os navios do Japão para o Brasil. Então, o resultado foi que eu entrei no mercado internacional, e fretei navios em diferentes portos, para os navios não virem só gastando dinheiro.

Então os navios foram fretados aqui. Todo esse negócio de mercado internacional funciona na base do telex. E eu fretei navios para várias empresas para vir de Aruba, do Japão para o Golfo Pérsico, do Golfo Pérsico para... Mas algumas cargas eu perdi. Porque os tripulantes que eu arranjei quebravam os navios, e tinham que parar em portos para fazer reparos no navio.

M.Q. - Não sabiam operar o navio.

M.A. - Não. Tinham o garantia a bordo. O japonês tinha um garantia a bordo. Mas um tripulante matou o garantia, o garantia sumiu. Era uma gente desgraçada...

J.D. - O senhor pensava em solucionar esse problema de pessoal como? De que forma? Continuando a insistir junto à Marinha?

M.A. - Não. Procurava na Marinha Mercante brasileira. Os navios pequenos iam ser tripulados por tripulantes brasileiros porque eram cabotagem. Cabotagem já tinha gente no Brasil. Mas longo curso foi um problema. Eu arranjei alguns.

Por exemplo, eu tive um comandante ótimo. O melhor comandante que eu tive na Fronape já morreu. Ele foi do Mário de Almeida. Mas ele quis sair porque vinha trazendo o navio do Mário de Almeida, passou pelo Cabo da Boa Esperança, e lá ele socorreu os tripulantes de um navio que tinha sido torpedeado. Ele então calculou que devia haver algum submarino alemão nas imediações. Ele preparou livro de bordo, arrumou tudo direitinho, examinou os escaleres e realmente aconteceu. Ele foi torpedeado...

M.Q. - Mas isso foi na Segunda Guerra?

M.A. - Foi na Segunda Guerra.

M.Q. - Mas a Fronape é depois, não é?

M.A. - Não. A Fronape foi criada durante a Segunda Guerra.² Mas esse navio não era da Fronape não. O navio era do Mário de Almeida, Companhia Comércio e Navegação, não sei como é que era o nome da companhia.

J.D. - E ele desistiu. O senhor dizia que ele desistiu.

M.Q. - Ah! Mário de Almeida! Sim! Da Companhia Comércio e Navegação!

² Existe aqui um pequeno lapso de memória do entrevistado.

M.A. - Companhia Comércio e Navegação. O Mário de Almeida era o dono, e o comandante Medeiros - José Francisco Pinto de Medeiros - era o comandante de um dos navios do Mário de Almeida.

O Mário de Almeida era um malandro. Ele botava carga vagabunda no navio, botava seguro alto e mandava para a área dos submarinos. [risos] Só pegava carga para a área dos submarinos, onde tinha submarino alemão. E realmente na altura de Durban, o navio do Mário de Almeida levou um torpedo. Mas o comandante Medeiros foi precavido e arrumou tudo. Examinou os escaleres, porque esses escaleres desses navios geralmente não funcionam. Mas ele testou todos, examinou tudo. O resultado é que ele levou um torpedo, afundou, e ele embarcou a tripulação toda nos escaleres...

J.D. - Com os livros de bordo...

M.A. - Os livros de bordo todos em sacos plásticos. De modo que ele garantiu ao Mário de Almeida o pagamento do seguro. Quando ele chegou aqui, Mário de Almeida disse a ele: "Olha, Medeiros muito obrigado, você fez um bom serviço. Você agora vai descansar." Mandou-o para casa. Quando chegou o fim do mês, e foi receber o dinheiro, ele disse: "Você não trabalhou! Como é que vem receber o dinheiro?" [risos]

M.Q. - Foi esse que o senhor recrutou para a Fronape.

M.A. - Esse foi um dos que eu recrutei para a Fronape. Esse era um ótimo comandante. José Francisco Pinto de Medeiros. Ele já morreu. Sofria do coração.

M.Q. - Também, dirigindo os navios do Mário de Almeida... [riso]

M.A. - Era para sofrer do coração.

J.D. - E a partir daí o senhor começou a recrutar outros oficiais de Marinha.

M.A. - Não, oficiais de Marinha eu não consegui recrutar nenhum.

M.Q. - Oficiais do Lloyd, da Costeira...

M.A. - Eu recrutei na Marinha Mercante brasileira. Eu recrutei na Costeira. A Costeira tinha bons elementos. Havia dois oficiais de Marinha. Eu tinha dois oficiais de Marinha e eram nove navios que vinham do Japão.

J.D. - O almirante Leopoldo Paiva nessa época trabalhava com o senhor?

M.A. - Não, o Leopoldo Paiva foi para a Fronape depois que eu saí. Eu conheço o Paiva.

M.Q. - Nós tivemos uma entrevista com ele também.

M.A. - Mas ele nunca foi da Fronape. Quer dizer...

M.Q. - Foi.

J.D. - Ele foi superintendente e tudo.

M.A. - Ele depois chegou a superintendente.

J.D. - Já com a Petrobrás.

M.A. - Sim. Depois que fundaram a Petrobrás, incorporaram a Fronape e ele foi o terceiro superintendente.

J.D. - O Isaac Cunha...

M.A. - O Isaac Cunha me substituiu.

J.D. - Ele era almirante?

M.A. - Não sei o que ele era. Ele era oficial de Marinha. Foi o Isaac Cunha, depois foi o Saldanha da Gama, depois foi o...

J.D. - Leopoldo Paiva, depois o Sá Carvalho.

M.A. - Sá Carvalho. Mas esses me substituíram. Eu já tinha saído da Fronape. Eu saí da Fronape quando eu completei oito anos fora do serviço militar.

J.D. - E tinha que retornar.

M.A. - Ou me reformava. Mas eu preferi voltar para o Exército. Eu era tenente-coronel, voltei para o Exército.

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

J.D. - Eu só queria retomar um outro episódio, narrado inicialmente, que é o episódio do edital e das propostas das empresas que necessariamente tinham que apresentar um contrato de fornecimento de petróleo.

M.A. - Sim, tinham que apresentar um contrato de fornecimento de petróleo, e apresentaram.

J.D. - O senhor mencionou que houve a pressão de algumas...

M.A. - Sim. A Ipiranga desistiu porque a Gulf, que ia dar a ela o contrato, só daria o contrato se tivesse a gerência da refinaria. Isso era impossível, porque a lei não permitia. A Lei 395 exigia a gerência de brasileiros natos.

J.D. - Sim. Mas e os outros contratos, de fornecimento de Soares Sampaio...

M.A. - O Soares Sampaio não apresentou nenhum contrato. O Soares Sampaio conseguiu um empréstimo com a Gulf.

M.Q. - Empréstimo? Dinheiro ou...

M.A. - Empréstimo em dólares, para pagar a refinaria.

M.Q. - Mas essa não tinha sido uma das cláusulas da concorrência...

M.A. - Mas já havia passado muito tempo. Já não havia mais...

M.Q. - Essa exigência.

M.A. - Essa exigência foi da assinatura do contrato. Ela então apresentou, parece que com a Esso, não me lembro agora. Sei que ela atendeu a exigência. Mas depois fechou com a Gulf. Foi a Gulf quem deu, se comprometeu...

J.D. - A fornecer o óleo sem restrição.

M.A. - A fornecer o óleo sem restrições.

M.Q. - Voltando atrás um pouco, a entrada do general João Carlos Barreto para o CNP, representou uma alteração profunda dentro da orientação que o CNP tinha anteriormente. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco das idéias do general João Carlos Barreto com relação ao desenvolvimento da indústria do petróleo. Como é que ele pensava sobre essa questão da indústria do petróleo?

M.A. - Ele era engenheiro, era até professor da Politécnica. E era muito inteligente. Ele pensava, mas não apresentou nenhuma sugestão. Ele aceitava as minhas sugestões. Até a refinaria feita por brasileiros ele pensou. Ele aceitava essa hipótese. O Conselho do Petróleo é que foi contra. Quem foi contra foi o Mário Leão Ludolf.

M.Q. - O conselheiro Mário Leão Ludolf.

M.A. - Esse é que foi contra. Achava que governo não deve se meter em indústria. Indústria é para particulares. E ele era o representante da indústria no Conselho Nacional do Petróleo.

M.Q. - Ele era representante da indústria...

M.A. - Da Confederação das Indústrias.

M.Q. - Quem eram os outros conselheiros? O Senhor lembra mais ou menos o posicionamento deles?

M.A. - O representante do comércio era o João Daudt de Oliveira. O representante da indústria era Alaor Prata, que foi prefeito. O representante da fazenda era Ítório Corrêa da Costa. Já morreu. Todos já morreram. Ele era engenheiro e era o diretor da divisão econômica. Representante do Ministério da Fazenda. Eu fui para o lugar dele. Era por prazo, os conselheiros tinham prazos. Quando expirou o prazo dele, o Barreto não o reconduziu. Então, o Barreto me conduziu para a divisão econômica.

M.Q. - O relatório de 1944 demonstra que há um desejo muito grande de reestruturação interna e de mostrar como o CNP estava se reestruturando internamente, como as atividades estavam sendo intensificadas. Inclusive o relatório de 1944 é muito detalhado nesse aspecto: as atividades de pesquisa também, a chegada de novos equipamentos...

M.A. - É porque o general Barreto fez um contrato com uma firma americana famosa. De Golyer and Mac Noughton. Ele fez um contrato para pesquisa de petróleo no Brasil. Esses americanos foram muito eficientes. Esse Mac Noughton quando vinha de avião dos Estados Unidos para o Brasil, ficava observando. E chegou à conclusão de que o Brasil devia ter muito petróleo numa região do Maranhão.

M.Q. - Maranhão?

M.A. - Maranhão, Pará, aquela região do Norte. E tem realmente. O Plano Salte tinha previsão de sessenta milhões de dólares³ para a intensificação dos trabalhos de pesquisa. Porque a divisão técnica do Conselho, que tratava disso, não quis colaborar no Plano Salte.

J.D. - Por que motivo?

M.A. - Porque eles não acreditaram: "Não vou perder tempo, o governo não vai dar tanto dinheiro." Então eu procurei o sr. Garner, que era um americano da firma De Golyer and Mac Noughton. Perguntei a ele: "Sr. Garner, o senhor acha possível no Brasil haver quarenta mil barris por dia de petróleo?" Ele disse: "Perfeitamente." Eu perguntei: "E quanto custaria isso?" Ele então fez um cálculo rápido. "Cada poço de petróleo está custando tanto, tem que furar cinco poços para tirar um produtivo. Cada poço produtivo vai custar tantos milhões de dólares. Para quarenta mil tem que gastar tanto." Então, no primeiro lance do Plano Salte, vou botar sessenta milhões de dólares para a pesquisa de petróleo.

Depois, ele fez um programa qualitativo. Pegou as regiões em que tinha interesse para petróleo no Brasil. O Brasil tem várias regiões com interesse no petróleo: o Amazonas, a costa da Bahia até o Espírito Santo, o Paraná. Então ele estabeleceu: cada uma dessas regiões tem que fazer tais e tais trabalhos.

[FINAL DA FITA 1-B]

M.A. - Assim foi feito o Plano Salte. A parte técnica de pesquisa não foi feita por mim, porque não sou geólogo, nem engenheiro de petróleo. Mas eu me socorri das informações do Mr. Garner.

J.D. - Informalmente. Não havia nenhum contrato formal na elaboração desse plano. Foi um contato informal entre o senhor e o sr. Garner.

M.A. - Não. Como ele era representante da firma De Golyer Mac Noughton, a sala dele era ao lado da minha no Conselho. Então eu fui a ele, falei, e ele se prontificou a fazer.

M.Q. - Diante da recusa do seu colega.

³ Há clara incorreção nesta cifra.

M.A. - Sim. A divisão técnica. Alguns foram depois diretores da Petrobrás, Pedro de Moura, Avelino Inácio de Oliveira. Já morreram, esses aí. Mas eles não acreditaram no Plano Salte. Disseram: "Não. Não vamos perder tempo, porque isso não vai sair. Onde é que você vai arranjar tanto dinheiro?"

M.Q. - Estavam descrentes, mesmo.

M.A. - Sim, porque as verbas do Conselho eram muito poucas. Dois milhões de contos em quatro anos. Eles não acreditavam.

M.Q. - E essa verba se concentrava muito nessa área de pesquisa, mesmo.

M.A. - Não, a verba estava dividida. Havia sessenta milhões⁴ de dólares, parece, concentrados na [inaudível] de pesquisa. 35 milhões de dólares concentrados na Refinaria de Cubatão.

M.Q. - De Mataripe?

M.A. - Cubatão.

J.D. - Cubatão, Plano Salte.

M.A. - Mataripe já estava em andamento. E outros 35 milhões de dólares para frota de petroleiros. [inaudível].

M.Q. - Eu estava pensando, e perguntando ao senhor no CNP. Como é que se distribuía, nessa época, quando o senhor foi para lá, a verba do CNP? Como era empregada? Era empregada...

M.A. - Era só na pesquisa. Mas havia essa verba 4 que o Conselho não gastou. A verba 4 era uma verba especial, justamente para a industrialização. Então o Conselho guardou, não gastou.

M.Q. - Se fosse hoje, não ia sobrar praticamente nada, porque a inflação...

M.A. - Sim. Naquele tempo era só dólar. A Refinaria de Mataripe ia custar 2,5 milhões de dólares. Parece que custou dez.

M.Q. - Custou dez, é?

M.A. - Acho que foi dez. Não me lembro, eu não era mais de lá. Eu saí da Refinaria de Mataripe quando fui para o Plano Salte.

M.Q. - O senhor estava empenhado na construção da refinaria.

M.A. - Eu era membro da comissão de construção da refinaria.

⁴ Há incorreções nessas cifras.

M.Q. - Quem trabalhava com o senhor na construção? Quem eram os outros técnicos que estavam envolvidos nisso?

M.A. - Era - o que foi para os Estados Unidos para receber - Carlos Eduardo Paes Barreto. Esse era um químico que foi trabalhar lá na refinaria. Outro era o Derek Parker, que é o presidente da Montreal. Havia um terceiro, que era Roque Perrone.

J.D. - De que empresa era o projeto da refinaria? Da Foster Wheeler?

M.A. - Kellog, que ganhou a concorrência.

M.Q. - E foi o senhor mesmo quem negociou esse projeto?

M.A. - Não, eu já havia saído. Quem negociou foi a comissão. Nós abrimos uma concorrência para a construção da refinaria. Fizemos uma carta convite para cinco empresas americanas, pedindo proposta para fazer o projeto, fornecer o equipamento, e construir a Refinaria de Mataripe.

M.Q. - E quantos barris eram previstos? Cinco mil, dez mil?

M.A. - 2.500 barris. Era o que havia na Bahia naquela época.

M.Q. - Anteriormente, durante a guerra, funcionava uma espécie de... Chamar isso de refinaria seria um esforço. Mas era uma...

M.A. - Havia realmente uma refinaria de "topping". Refinaria de destilação.

M.Q. - Que funcionaram durante a guerra, chegaram a fornecer alguma coisa para...

M.A. - Fornecia lá para a Bahia. O petróleo da Bahia foi achado por acaso. O Conselho perfurou em Lobato, e parou. Era um sábado. Na segunda-feira o petróleo saiu, apareceu.

J.D. - O petróleo jorrou.

M.Q. - Quando o senhor entrou no CNP, foi para organizar aquele setor de racionamento.

M.A. - Sim.

M.Q. - Que tipo de dificuldade encontrou? Porque o general João Carlos havia dito que essa parte do racionamento estava perdida. Estava completamente desestruturada, pelo que eu entendi. Quais foram as dificuldades que o senhor encontrou?

M.A. - Não houve nenhuma. Apenas admitiu gente nova no setor. O setor de racionamento não existia. Então tinha gente na divisão econômica que trabalhava nesse setor...

J.D. - Foi basicamente uma reorganização.

M.A. - Foi uma reorganização, e também botou gente nova lá dentro.

M.Q. - O senhor não chegou a lidar muito com essa atividade, não é?

M.A. - Não. Quando criou o setor, o presidente nomeou um chefe do setor de racionamento, que era um major, Darci Leal de Menezes.

J.D. - O senhor se declarou um homem, que de certa forma, não era favorável ao monopólio estatal. Como o senhor acompanhou, já nos anos 1950, a campanha do "petróleo é nosso"?

M.A. - Eu nunca fui favorável ao "petróleo é nosso". Mas eu não me oporia. Eu estava fazendo a minha função ali no Plano Salte. O Mário Bittencourt era do "petróleo é nosso". Vocês estiveram com ele, não é?

M.Q. - Estivemos.

M.A. - Ele era favorável ao "petróleo é nosso". Ele é um dos responsáveis pela fundação da Petrobrás. Foi ele quem defendeu o ponto de vista de que nós podemos fazer tudo. Ele acha que nós podíamos fazer tudo. Assim como fizemos o Plano Salte, ele acha que nós podíamos fazer o resto.

M.Q. - Ele achava que poderia financiar a atividade de pesquisa através do refino, não era isso?

M.A. - Como?

M.Q. - A atividade de pesquisa poderia ser realizada com os lucros do refino, não era essa a tese?

M.A. - Sobre isso aí vou lhe dizer uma coisa. Eu, como diretor da divisão econômica, recebia visitas desse pessoal do petróleo estrangeiro. E recebi um dia uma visita de um diretor da Pemex.

J.D. - Petróleo mexicano.

M.A. - Sim. O diretor da Pemex, foi lá e foi me visitar. Cortesia. Eu era o diretor da divisão econômica, controlava o abastecimento, eles me visitavam. E esse diretor da Pemex me perguntou: "Por que vocês vão gastar dólar na pesquisa do petróleo? É um dinheiro de risco, dinheiro [inaudível] imposto, vão gastar esse dinheiro na pesquisa de petróleo." Eu disse: "O senhor tem outra forma? Como é que eu posso fazer? Eu, para pesquisar petróleo tenho que contratar companhias americanas para fazer geofísica, para fazer perfuração. O Conselho tem contrato com companhias americanas, a Drilling and Exploration. Como é que o senhor resolveria esse problema sem dólar? Eles não aceitam cruzeiro, tem que ter dólar." Ele então falou: "Por que vocês não fazem como nós fizemos? Nós fazemos o contrato... - era o contrato de risco - contratamos firmas americanas, elas vão fazer pesquisa, e nós só pagamos se acharem. Porque nos Estados Unidos, as companhias que gastarem dinheiro com petróleo são isentas de imposto de renda, têm incentivo fiscal. Nós então fazemos isso." Eu então pedi: "O senhor podia

me arranjar uma minuta desse contrato?" Ele me deu a minuta do contrato de risco de três companhias americanas. Eu então traduzi - o contrato era em inglês - e bolei o seguinte.

O Amazonas é uma das áreas possíveis de petróleo no Brasil. Está provado, já acharam petróleo lá. Então, o brasileiro confundiu o contrato de risco, e foi contra. Pensa que o risco é nosso, o risco é deles. Nós não temos risco algum, eles é que têm o risco. Se não acharem petróleo, eles é que puseram dinheiro nisso e não acharam!

Então, por esse contrato o americano começa a investir dinheiro do petróleo aqui no Brasil. Não sei se no Brasil eles aceitariam. No México era assim. Eles começam a investir, e vão contabilizando. Em vez de o governo pagar, vai contabilizando. Nomeia uma comissão de auditoria, que faz a auditoria dos gastos, e nomeia uma comissão técnica, que vai, junto com brasileiros, evitar uma mineração predatória. Nomeia-se uma comissão de brasileiros e americanos para estudar o plano de pesquisas. Todo dinheiro que for gasto lá é contabilizado.

Por exemplo: vem um caminhão para cá, contabiliza o preço do caminhão. Aquele caminhão passa a ser brasileiro, mas o custo dele e a operação do caminhão é contabilizada. Vem uma torre para perfuração. Evidentemente, o preço de uma torre é muito caro. Em vez de pagar, contabiliza, mas só o gasto. A perfuração é paga por metro. Cada metro perfurado custa tanto. Então cada metro que a torre perfurar é contabilizado.

Os contratos são de 15 anos, e eles calculam. No fim de cinco anos, eles sabem se há petróleo ou não. Então, se não há petróleo, eles perderam definitivamente aquele dinheiro e vão embora. Se há petróleo, continuam. O governo começa então a extrair o petróleo. Até pagar o investimento, 50% é deles. O petróleo é vendido ao preço do mercado internacional, e 50% daquelas despesas preliminares são deduzidos do custo do preço de venda do petróleo. Mas uma vez achado o petróleo, chegando-se à produção, eles passam a ter *royalties* até o final do contrato. São 15 anos. Eles calculam que durante cinco anos é só despesa. A partir daí começa então a aparecer o lucro. Desse lucro, 15% é deles. O resto - 85% - seria do governo brasileiro.

M.Q. - Eles teriam 15% de *royalties*. Depois de cobertos os custos, isso é o que seria...

M.A. - O pagamento deles seria 5% do custo. Até - digamos - 5% do custo, metade era deles e a outra metade era do governo brasileiro. Agora uma vez pago, eles passariam a ter 15%, que era só lucro. Esse era o contrato de risco.

Eu traduzi esse contrato, peguei o Amazonas, quadriculei o Amazonas em quadrados de 15' de grau. Numerei aquelas áreas e sugeri ao governo que fizesse o contrato - aquele tipo de contrato - ficando com as áreas pares. Então as vagas ímpares ficariam para a concessão.

J.D. - E o resultado desse plano foi que ele foi negado.

M.A. - Não. Eu não sei o resultado desse plano, porque foi encaminhado ao Conselho de Segurança Nacional. Nesse ponto o Getúlio já estava sendo eleito, e o Dutra não quis fazer mais nada. Disse: "Não, agora deixa para o Getúlio fazer."

M.Q. - E o senhor não procurou os técnicos dessa área para distribuir melhor essas áreas dentro do que eles...

J.D. - O senhor consultou geólogos?

M.A. - O Amazonas é uma área possível para petróleo. É uma das áreas possíveis de petróleo. Assim como a plataforma submarina também é uma área possível hoje, naquele tempo nem se falava nisso. Naquele tempo era o Amazonas, que é uma área possível para petróleo.

Para haver petróleo é preciso que ocorram duas circunstâncias: primeiro, que a área seja da idade. Porque não adianta eu procurar petróleo no Rio de Janeiro por exemplo, porque não há zonas...

J.D. - Sedimentos tão antigos.

M.A. - Zonas sedimentares. Só tem o cristalino. Isso aqui não pode ter petróleo, então não adianta procurar aqui. Agora, no Amazonas há uma área sedimentar muito grande ao longo do Rio Amazonas. Eu peguei o rio Amazonas, quadriculei em 15' de grau, e dava uma área... para abrir uma concorrência, para ver se aparecia algum candidato que quisesse, um contrato de risco.

M.Q. - Mas nesse período do pós-guerra estava se discutindo a legislação do petróleo. O Estatuto do Petróleo por exemplo. Havia um representante do CNP, um representante...

M.A. - O Estatuto do Petróleo foi feito pelo CNP. Ao mesmo tempo em que eu fazia o Plano Salte, o general Barreto nomeou uma comissão para estudar o Estatuto do Petróleo, modificar a Lei 538.

M.Q. - Pois é, e como é que o senhor acompanhou essa....

M.A. - Eu estive fora. Porque eu fui para a Fronape, e fiquei de fora.

M.Q. - A Fronape não funcionava junto ao CNP, não é?

M.A. - Era ligada ao CNP.

M.Q. - Mas o espaço não era o mesmo, não?

M.A. - Não. A Fronape tinha a sua sede própria, era independente.

M.Q. - General, nós terminamos as nossas perguntas. Se o senhor quiser acrescentar mais alguma coisa, fique à vontade, pode acrescentar.

M.A. - Mas acrescentar sobre o quê?

M.Q. - Sobre o que o senhor quiser.

J.D. - Se o senhor achar que alguma coisa não foi coberta, se achou que falta alguma coisa que gostaria de dizer, fique à vontade.

M.A. - Eu só estive no Conselho Nacional do Petróleo até a Fronape. Quando eu saí da Fronape, eu me desliguei do Conselho Nacional do Petróleo. Então saí do Conselho Nacional do Petróleo, e voltei para o Exército. Passados uns dois anos, eu saí. Passei para a reserva. Fui trabalhar numa firma que ia transportar o óleo para as refinarias de Capuava e de Manguinhos. Eu transporte o petróleo para a Refinaria de Capuava e para a Refinaria de Manguinhos, trabalhava nessa empresa. Transportava óleo.

J.D. - Transporte marítimo?

M.A. - Sim.

J.D. - Era uma empresa ligada a alguma multinacional?

M.A. - Não, era independente. Era ligada a Gulf, nós tínhamos o contrato da Gulf.

M.Q. - Fazia o transporte, mas com o petróleo da Gulf...

J.D. - Fornecimento de óleo da Gulf.

M.Q. - Mas ela era independente.

M.A. - Era independente da Gulf.

M.Q. - Era formada por capitais nacionais?

M.A. - Era eu, o Bittencourt Sampaio e o Genésio Pires. Nós três fundamos essa empresa. Saí do Exército, e fui trabalhar nessa companhia. Até que o Jango decretou o monopólio da importação, e nós fechamos a companhia.

M.Q. - É, isso não foi considerado. A questão dos interesses já estabelecidos, não é?

M.A. - Não. Nós contratávamos navios. Tínhamos três navios que eram comprados. Mas vendemos os navios e passamos a fretá-los. É mais ou menos isso que o Paiva faz. Ele afreta navios para a Fronape.

M.Q. - Vocês não tiveram interesse em trabalhar em outra área, em vez de petróleo, e sair para outro tipo de atividade, já que os navios eram afretados?

M.A. - Não. Nós já estávamos cansados. Já tínhamos ganho dinheiro, já estávamos cansados. Paramos de trabalhar.

M.Q. - E era difícil trabalhar com transporte?

M.A. - Não. Nós tínhamos uma empresa que funcionava na Rua do Ouvidor. Funcionamos durante 12 anos. Eu ia todos os anos aos Estados Unidos.

M.Q. - Vocês não acharam que essa situação poderia ser revertida?

M.A. - Mas nós já estávamos cansados! Não queríamos mais lutar. Eu era o mais moço, já estou com 83 anos... O Mário Bittencourt é mais velho do que eu cinco anos.

M.Q. - E', ele é de 1902.

M.A. - Ele é do começo de 1902, e eu sou de setembro de 1906. O Genésio - já morreu, era dez anos mais velho do que eu. Estaria hoje com 93 anos. Então nós resolvemos parar.

Mas eu sou teimoso. Eu fui convidado para trabalhar no xisto betuminoso. Então fui para São Paulo trabalhar no xisto betuminoso.

J.D. - Numa empresa privada?

M.A. - Sim, na Companhia Industrial de Rochas Betuminosas.

J.D. - Conte para nós esse trabalho, a empresa evoluiu...

M.A. - Essa empresa foi à Rússia, tinha um contrato com a Rússia. Estive em Moscou. Assinamos um contrato com a Rússia para a construção da refinaria. Era uma refinaria de óleo de xisto. Mas o Conselho Nacional do Petróleo - não sei se foi o Conselho ou se foi a Petrobrás, foi alguém - aconselhou o governo a parar. O general Médici era meu colega de turma na Escola Militar, só que ele era de cavalaria e eu de artilharia. Mas era meu colega de turma. No começo ele nos apoiou muito, mas de repente virou. Não sei porque ele foi contra. Achou que era perigoso esse contrato com a Rússia.

J.D. - E aí de novo o monopólio estatal o prejudicou.

M.A. - Aí novamente o monopólio estatal me prejudicou. A companhia foi à falência, fechou.

M.Q. - E o senhor acha que uma refinaria a partir do xisto era viável economicamente?

M.A. - Para nós era. Nós estudamos uma cerâmica, construímos uma cerâmica para cem mil peças diárias. A venda desses produtos da cerâmica dava para pagar todo o complexo. Mas o governo não se incomodou. A cerâmica estava pronta. Aliás, a culpa foi dos donos da empresa. Eu não era dono, eu era um engenheiro da companhia, não mandava nada. Ele não quis continuar. Podia ter continuado fazendo tijolo e telha, ganhava dinheiro e ficava esperando as coisas mudarem. Mas ele não quis. Preferiu fechar. Teve um prejuízo colossal. Mas ele quis assim, ele era o dono, eu não podia fazer nada.

M.Q. - Chegou-se a montar qualquer coisa?

M.A. - Montou-se uma cerâmica para cem mil peças diárias.

J.D. - Sim, mas unidade industrial de processamento de xisto não, não é?

M.A. - Não, não! O processamento do xisto era com os russos. Nós é que íamos montar, mas com a assistência dos russos. E o governo achou que era perigoso a vinda de trinta técnicos russos para o Brasil. O governo foi contra.

M.Q. - O senhor tentou interceder de alguma forma junto ao seu colega, o general Médici?

M.A. - Não, eu não quis falar com ele sobre esse assunto. Mas o presidente da companhia, que era também colega meu, estava sempre com o Médici sempre. O Médici recomendou que ele não devia fazer isso, que era uma questão de patriotismo... Ele continuou no projeto, mas resolveu desistir.

M.Q. - Ele era seu colega de turma também?

M.A. - Ele não era meu colega de turma. Era muito meu amigo, mas não era meu colega de turma.

M.Q. - O senhor gostaria ainda de acrescentar alguma coisa?

M.A. - Não.

M.Q. - Então, temos a agradecer muito ao senhor o depoimento que nos deu. Esclareceu uma série de dúvidas que tínhamos. Agradecemos muito. Muito obrigado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]